

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 467.673 - SC (2014/0017414-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ERNST ULRICH PRILL
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS GRAF - SC003986
BRUNO LUIZ ANDREANI PETTERS E OUTRO(S) - SC031021
AGRAVADO : AMERICANA GRANITOS DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS MÜLLER - SC002080
JOHNNY HIGASHI - SC015059
FABIO NOIL KALINOSKI - SC007451B

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por ERNST ULRICH PRILL contra decisão que inadmitiu o recurso especial por inexistir omissão, contradição ou obscuridade do acórdão recorrido, incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ, 282 e 356 do STF.

O acórdão impugnado tem a seguinte ementa (e-STJ, fls. 451/452):

APELAÇÃO CÍVEL E AGRAVO RETIDO. CONTRATOS E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. AGRAVO. - DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO. VÍCIO INEXISTENTE.

- Não há defeito de representação se os instrumentos de mandato e substabelecimento acostados tempestivamente demonstram que os procuradores nomeados possuem poderes para representar a parte.

- INTERESSE DE AGIR. ADEQUAÇÃO E NECESSIDADE VERIFICADAS. PRELIMINAR AFASTADA.

- A recusa, pelo réu, em outorgar escrituras públicas a que se obrigou por meio de regulares contratos de compra e venda de terrenos urbanos, faz nascer a necessidade da propositura de ação de adjudicação compulsória, materializando-se, aí, os pressupostos adequação e necessidade, caracterizadores da condição da ação do interesse de agir.

- PRESCRIÇÃO. AÇÃO PESSOAL. CONTRATOS REALIZADOS EM 1995. INCIDÊNCIA DO CC/2002. ARTS. 2.028 C/C 205. CONTAGEM A PARTIR DA VIGÊNCIA DO NOVO ESTATUTO. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA.

- A teor da regra de transição insculpida no Código Civil vigente, em seu art. 2.028, os prazos, quando reduzidos pela nova norma, serão os da lei anterior, desde que transcorrido mais da metade do lapso temporal. Não havendo, contudo, o decurso de mais da metade do prazo anterior, aplica-se o vigente, que, para a hipótese, é de dez anos (art. 205 do Código Civil). Transcurso não verificado até o ajuizamento.

APELO. - PAGAMENTO DO PREÇO CONFIGURADO.

CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO INEXISTENTE. ESCRITURA PÚBLICA. RECUSA. INCORPORAÇÃO DA EMPRESA COMPRADORA PELA AUTORA. OPERAÇÃO SOCIETÁRIA QUE, POR SI, NÃO É SUFICIENTE PARA A OUTORGA. INEXISTÊNCIA DE COINCIDÊNCIA ENTRE A PARTE OBRIGADA À OUTORGA (PESSOA FÍSICA) E A EMPRESA INCORPORADA. RECUSA INJUSTIFICADA., - 'O sucesso da ação de adjudicação compulsória depende da prova da existência da relação contratual entre os litigantes e do pagamento do preço. Provados ambos os requisitos, o sucesso da lide é mera consequência'. (TJSC, AC 2009.026756-6, rel. Des. LUIZ CARLOS FREYESLE-BEN, j. em 25/10/2010). Comprovados os requisitos, mostra-se injustificada a recusa . do réu em outorgar as escrituras públicas a que se obrigou, uma vez que a existência de incorporação da empresa compradora dos terrenos pela empresa autora não legitima a transferência do patrimônio do réu (pessoa física sócia das duas empresas) para a empresa autora (incorporadora).

- LITÍGIOS SOCIETÁRIOS ENTRE EMPRESAS (ADMINISTRADORA DA AUTORA E ESTA) E O RÉU, SÓCIO DE AMBAS. MATÉRIA IMPERTINENTE AOS OBJETIVOS DA LIDE. ARGUMENTO SUPERADO.

- A existência de litígios societários entre as empresas incorporadora e administradora e o réu, pessoa física, não é óbice ao julgamento de procedência do pedido, vocacionado que é a compelir este à outorga de escrituras decorrentes dos contratos que subscreveu.

- SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram acolhidos, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 480/484):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS. OMISSÃO.

- Os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses previstas no art. 535 do Estatuto Processual Civil, ou seja, quando houver omissão, contradição, obscuridade ou erro material. Constatada omissão, necessário o acolhimento dos embargos para integrar a decisão. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SANAR O VÍCIO.

Nas razões do recurso especial, fundamentas no art. 105, III, "a", da CF (e-STJ, fls. 487/503), o recorrente alega o seguinte (e-STJ, fl. 494):

Recorre-se especificamente sobre os termos atinentes à **omissão** acerca da comprovação da recusa do Recorrente em assinar as escrituras públicas antes do ajuizamento da demanda; devidamente suscitada em embargos de declaração perante o e. Tribunal *a quo*, **violando o artigo 535, do Código de Processo Civil**, e, no mérito, concernentes à prescrição, com a **violação ao artigo 177 do Código Civil de 1916 e artigos 205 e 2.028, do Código Civil de 2002**, a aplicação da multa por litigância de má-fé, **contrariamente aos artigos 17, inciso VII, e artigo 18, ambos do Código de Processo Civil**, e, principalmente, acerca da ausência de recusa do Recorrente em outorgar escritura pública de compra em venda, **afrontando o disposto no artigo 16 do Decreto 58/1937, artigo 1.418, do Código Civil de 2002**.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 537/551).

Irresignado, o agravante interpôs agravo (e-STJ, fls. 577/586), buscando refutar os óbices apontados pela Corte estadual.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 602/607).

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

O inconformismo não merece prosperar.

O agravo que deixa de refutar especificamente os fundamentos da decisão agravada não é passível de conhecimento, em virtude de expressa previsão legal (art. 544, § 4º, I, do CPC/1973) e da aplicação, por analogia, da Súmula n. 182/STJ.

Confira-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. PACOTE TURÍSTICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ACÓRDÃO ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 182 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO COM BASE NAS CIRCUNSTÂNCIAS PECULIARES DO CASO CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. [...].

2. **É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do especial interposto, sob pena de não ser conhecido, conforme os termos da Súmula nº 182 do STJ.**

3. [...]

4. Agravo parcialmente conhecido e não provido.

(AgRg no AREsp 795.251/RJ, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/6/2016, DJe 1º/7/2016.)

No caso dos autos, não foram impugnados os fundamentos relativos à incidência da Súmula n. 83 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. [...].

2. **O agravo interno não impugnou as razões da decisão agravada, pois não infirmou devidamente a harmonia entre o acórdão recorrido e a jurisprudência do STJ. Inobservância do art. 1.021, § 1º, do NCPC e incidência da Súmula nº 182 do STJ.**

3. **Na hipótese em que se pretende impugnar a incidência da Súmula nº 83 do STJ, deveria a parte agravante demonstrar que os precedentes indicados na decisão agravada não se aplicavam ao caso, ou então trazer precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou que a divergência é atual, o que deixou de fazer.**

4. Em razão da improcedência do presente recurso, e da anterior advertência em relação a incidência do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não conhecido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1475222/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 30/10/2019.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARTIGO CONSTITUCIONAL. INOVAÇÃO RECURSAL. LEGITIMIDADE DO RECORRENTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. REDUÇÃO DO DANO MORAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA. QUESTÕES ACOBERTADAS PELA COISA JULGADA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC/1973. **INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83/STJ. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. SÚMULA 182 DO STJ. AFRONTA A SÚMULA.**

Superior Tribunal de Justiça

IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. A apresentação de novos fundamentos para viabilizar o acolhimento do recurso especial representa inovação recursal, sendo vedado o seu conhecimento no âmbito do agravo regimental.

2. Observa-se que a agravante não se insurgiu quanto à existência da coisa julgada nem quanto a aplicação da multa do art. 475-J do CPC/73 **estar de acordo com a jurisprudência desta Corte, deixando incólumes tais fundamentos da decisão agravada, circunstância que atrai a incidência do enunciado n. 182 da Súmula desta Corte.**

3. **Quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida.**

4. 'Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula' (Súmula 518/STJ).

5. Agravo regimental conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.

(AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016.)

Assim, é inafastável a aplicação, por analogia, da Súmula n. 182 desta Corte.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo.

Publique-se e intmem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator